

INTERSETORIALIDADE E A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL

Com base no texto produzido pelas professoras da Escola Nacional de Saúde Pública, Ligia Giovanella e Maria Helena Magalhães de Mendonça, disponível no livro “Políticas e Sistema de Saúde no Brasil”, vamos tratar de intersectorialidade e Atenção Primária à Saúde, tema fundamental na construção de uma APS integral.

A ação intersectorial busca superar a fragmentação das políticas públicas e é entendida como a interação entre diversos setores no planejamento, na execução e no monitoramento de intervenções para enfrentar problemas complexos e necessidades de grupos populacionais. Em saúde, a articulação intersectorial é imprescindível para incidir sobre os determinantes sociais do processo saúde-enfermidade e promover a saúde.

Os resultados (finais ou intermediários) de saúde alcançados por meio da intersectorialidade são mais efetivos do que o setor saúde alcançaria por si só. Segundo as autoras, a atuação sobre os diversos níveis dos determinantes sociais extrapola as competências e atribuições das instituições de saúde e torna obrigatória a ação coordenada dos diversos setores e instâncias governamentais.

A construção de uma APS abrangente exige, portanto, além da prestação adequada de serviços de saúde, ações intersectoriais em resposta aos determinantes sociais e para promoção da saúde. A saúde da população é inseparável do desenvolvimento econômico e social. Depende das condições de vida e trabalho das pessoas, do acesso a renda, educação, lazer, alimentação saudável, moradia, transporte, serviços de saúde.

Dessa forma, para enfrentar esses determinantes sociais dos processos saúde-doença, é necessária uma articulação de todos os setores de políticas públicas em uma ação conjunta chamada intersectorial. A extensão na qual o setor saúde toma a iniciativa e lidera a intervenção intersectorial depende do tipo de problema a enfrentar: desde tomar a liderança até ser um entre muitos parceiros quando outros setores dispõem de mais conhecimentos e recursos para enfrentar determinado problema.

Na perspectiva da Atenção Primária, no âmbito municipal, a atuação intersectorial deve se processar em diversos níveis: na articulação de políticas municipais, na articulação ao interior da secretaria municipal de saúde e na ação comunitária no território.

Com o objetivo de desenvolver ações integradas sobre os territórios, foram propostos os Teias (Territórios Integrados de Atenção à Saúde), que buscam uma articulação horizontal dos vários setores de políticas públicas nos territórios. Pretende-se articular em nível local as unidades de saúde da família, os agentes de endemias, as escolas, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), as associações comunitárias e outras entidades e setores de políticas públicas atuantes no território, e estabelecer relações horizontais na construção de projetos comuns de intervenção que contribuam para a promoção da saúde.

Em Vitória (Espírito Santo), por exemplo, a intersectorialidade constitui uma das diretrizes centrais da gestão pública, sendo consensual a avaliação de que a administração municipal é sustentada no princípio da articulação e da integração entre as várias secretarias, sobretudo as da área social. Nesse contexto, foram criadas as câmaras territoriais, fórum permanente de discussão dos principais problemas do território e de integração das políticas públicas que propicia otimização de recursos humanos, financeiros, materiais, organizativos e políticos.

As câmaras técnicas têm carácter deliberativo e são constituídas por gestores e técnicos das diversas secretarias municipais que atuam no território. A discussão coletiva e a tomada de decisões por consenso são a base da dinâmica de seu funcionamento. Os temas a serem debatidos nesses fóruns são priorizados com base nas demandas levantadas pelos diferentes setores e, depois de problematizados, definem-se as responsabilidades e a programação de execução compartilhada. Após as decisões, as ações são desenvolvidas de forma integral e avaliadas mensalmente num processo contínuo, ou seja, novas ações são construídas à medida que algumas são finalizadas. Além disso, a câmara territorial possibilita a técnicos e gestores de diferentes setores se conhecerem, conversarem, definirem caminhos que garantam a efetividade do atendimento aos munícipes.

A presença de iniciativas do executivo municipal fortalece a ação comunitária das equipes de saúde da família nos territórios. A realização rotineira e periódica do diagnóstico do território e a preparação de um projeto de intervenção definindo estratégias de intervenção com participação social são instrumentos para a ação comunitária das equipes. Desse modo, as equipes podem apoiar a população na busca de soluções de problemas do bairro juntamente a outros órgãos públicos, mediando ações intersectoriais. Parte dos profissionais das equipes já realiza essas ações, mas é preciso incentivá-las.

Os ACS, por conhecerem a comunidade na qual atuam, podem identificar as necessidades e as demandas da população e são muito importantes no estabelecimento das parcerias intersectoriais. O agente comunitário de saúde é o agente facilitador para a identificação de problemas coletivos e para a mobilização comunitária.

